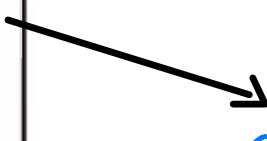


PEÇA	FUNDAMENTO
<p>QUEIXA-CRIME (Ação Penal Privada)</p> <p>PRAZO: 6 MESES</p> <p>ARROLAR TESTEMUNHAS</p>	<p>Art. 100, §2º, CP combinado com o art. 30, do CPP e 41, CPP</p>
<p>QUEIXA-CRIME SUBSTITUTIVA DA DENÚNCIA</p> <p>PRAZO: 6 MESES</p> <p>ARROLAR TESTEMUNHAS</p>	<p>Art. 100, §3º, CP combinado com o art. 29, do CPP e 41, CPP</p>
<p>RESPOSTA À ACUSAÇÃO</p> <p>PRAZO: 10 DIAS</p>	<p>Art. 396-A, do CPP.</p>
<p>RESPOSTA À ACUSAÇÃO (JÚRI)</p> <p>PRAZO: 10 DIAS</p>	<p>Art. 406, do CPP.</p>
<p>DEFESA PRÉVIA (LEI DE DROGAS)</p> <p>PRAZO: 10 DIAS</p>	<p>ART. 55, DA LEI 11.343/06</p>
<p>MEMÓRIAS ESCRITOS (JUIZ SINGULAR)</p> <p>PRAZO: 5 DIAS</p>	<p>ART. 403, § 3º, DO CPP.</p> <p>SEMPRE o mesmo fundamento!</p>
<p>MEMÓRIAS ESCRITOS (JECRIM)</p> <p>PRAZO: 5 DIAS</p>	<p>ART. 403, § 3º, DO CPP.</p>

<p>MEMÓRIAS ESCRITAS (JÚRI)</p> <p>PRAZO: 5 DIAS</p>	<p>ART. 403, § 3º, DO CPP.</p>
<p>APELAÇÃO (JUIZ SINGULAR)</p> <p>PRAZO: 5 DIAS</p>	<p>ART. 593, I, DO CPP.</p>
<p>APELAÇÃO (JECRIM)</p> <p>PRAZO: 10 DIAS</p>	<p>ART. 82, DA LEI 9.099/95</p>
<p>APELAÇÃO (1ª FASE DO JÚRI)</p> <p>PRAZO: 5 DIAS</p>	<p>ART. 416, DO CPP.</p>
<p>APELAÇÃO (2ª FASE DO JÚRI)</p> <p>PRAZO: 5 DIAS</p>	<p>ART. 593, III, "A", "B", "C" e "D", DO CPP.</p> <p>↓</p> <p>REVISAR</p> <p><u>A 33. Quadro</u></p>
<p>RECURSO SUPLETIVO</p> <p>OBS. NO PRAZO HABILITADO: MESMO PRAZO DO RECURSO, CONTADOS A PARTIR DO TERMINO DO MP.</p> <p>NÃO HABILITADO:</p>	<p>FUNDAMENTO DO RECURSO, C/C ART. 598, DO CPP.</p>

15 DIAS, CONTADOS A PARTIR DO TÉRMINO DO MP.	→ 598, § ÚNICO, CPP
RAZÕES DA APELAÇÃO (Intimado para dar prosseguimento ao recurso). PRAZO: 8 DIAS	ART. 600, caput, DO CPP.
CONTRARRAZÕES DO RECURSO DE APELAÇÃO (Intimado para manifestar-se sobre o recurso interposto pela outra parte). PRAZO: 8 DIAS	MESMO FUNDAMENTO ↓ RAZÕES e CONTRARRAZÕES
RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL PARA O STJ PRAZO: 5 DIAS	ART. 105, II, "a", DA CF, C/C ART. 30, DA LEI 8.038/90
RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL PARA O STF PRAZO: 5 DIAS	ART. 102, II, "a", DA CF, C/C ART. 30, DA LEI 8.038/90
Recurso em Sentido Estrito PRAZO: 5 DIAS ART. 586, DO CPP.	ART. 581, INCISOS I, II, III, IV, V, VIII, IX, X, XIII, XIV, XV, XVI, XVIII- CPP
RAZÕES DO RESE PRAZO: 2 DIAS (Intimado para dar prosseguimento ao recurso). CONTRARRAZÕES DO RECURSO DE RESE (Intimado para manifestar-se sobre o recurso interposto pela outra parte). PRAZO: 2 DIAS	ART. 588, DO CPP. MESMO FUNDAMENTO ↓ RAZÕES e CONTRARRAZÕES
EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	ART. 609, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPP.
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (TRIBUNAL) PRAZO: 2 DIAS	ART. 619, DO CPP
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (JUIZ)	ART. 382, DO CPP

PRAZO: 2 DIAS.	
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (JECRIM) PRAZO: 5 DIAS.	ART. 83, da Lei 9.099/95
CARTA TESTEMUNHÁVEL OBS: PRAZO 48 HORAS END. Escrivão ou Secretário da Vara/Tribunal.	ART. 639, DO CPP.  640CPP
HABEAS CORPUS	ART. 647 e 648, DO CPP.
RECURSO ESPECIAL PRAZO: 15 DIAS	ART. 105, III, DA CF C/C ART. 1.029 DO NCPC.
RECURSO EXTRAORDINÁRIO PRAZO: 15 DIAS	ART. 102, III, DA CF C/C ART. 1.029 DO NCPC
AGRAVO EM EXECUÇÃO PRAZO: 5 DIAS SÚM. 700, DO STF.	ART. 197, DA LEI 7.210/84- LEP
REVISÃO CRIMINAL	ART. 621, DO CPP
REQUERIMENTO DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO.	ART. 61, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPP.
REQUERIMENTO DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE APÓS DO TRÂNSITO EM JULGADO.	ART. 66, DA LEI 7.210/84
REQ. HABILITAÇÃO COM ASSISTENTE DA ACUSAÇÃO PRAZO: APÓS O RECEBIMENTO DA EXORDIAL E ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. NÃO CABE NA FASE POLICIAL E NEM NA FASE DE EXECUÇÃO.	ART. 268 e 269, DO CPP.

TESES PRELIMINARES/NULIDADES DA AIJ.

ART. 5, LV, CF – princípio do contraditório e ampla defesa

ART. 5, LVI, CF – provas ilícitas. Desentranhamento da prova.

ART. 107, DO CP. – extinção da punibilidade. Causas.

ART. 157, DO CPP. – provas ilícitas. Desentranhamento da prova.

ART. 564, DO CPP. – nulidades

ART. 72, DA LEI 9.099/95 – composição de danos com a vítima

ART. 76, DA LEI 9.099/95 – transação penal

ART. 89, DA LEI 9.099/95 – sursis processual. Requisitos: pena mínima em abstrato inferior ou igual a 1 ano + não responder por outro processo criminal.

ART. 31, DO CPP. – legitimados. CADL.

ART. 41, DO CPP. – inépcia da inicial

ART. 45, DO CPP. – intervenção do MP no feito. **Caso de queixa substitutiva**

ART. 46, DO CPP. – prazo para oferecimento da denúncia. 15 dias – réu solto; 5 dias – réu preso.

ART. 103, DO CP. C/C, 38, DO CPP – extinção da punibilidade. Decadência

ART. 158, DO CPP – ausência do laudo de corpo de delito

ART. 155, DO CPP – livre convencimento motivado pelo juiz. Não pode o juiz condenar o acusado com base nas provas colhidas no inquérito policial → **precisa haver o contraditório judicial** ↗ exclusiva-mente

ART. 185, DO CPP – ausência do defensor no interrogatório. Acusado sem a presença de seu defensor no interrogatório.

ART. 185, § 5º, DO CPP. – direito de entrevista prévia entre seu defensor e acusado.

ART. 186, DO CPP – direito de ficar calado em seu interrogatório. o silêncio não prejudica o acusado.

ART. 191, DO CPP. – vários réus. Interrogatório individual para cada acusado. → **interrogados separadamente**

ART. 201, DO CPP. – sempre que possível o juiz ouvir o ofendido/ou a vítima é obrigatório.

ART. 212, DO CPP. – princípio do cross examination ou sistema de inquirição direta das testemunhas pelas partes. Juiz não pode inquirir diretamente as testemunhas.

ART. 263, DO CPP.

ART. 361, DO CPP.

ART. 366, DO CPP. – citação por edital – suspende o processo e todos os prazos prescricionais.

ART. 383, DO CPP. – emendatio libelli. Princípio da correlação

ART. 384, DO CPP. – mutatio libelli. Princípio da correlação

ART. 396-A, § 2º, DO CPP. – supressão da defesa. Não apresenta a resposta a acusação no prazo de lei. juiz deve nomear defensor dativo para apresentar no prazo de lei.

ART. 399, § 2º, DO CPP. – princípio da identidade física do juiz. Juiz que presidiu a instrução criminal fica vinculado a proferir a sentença; se for no júri – fica vinculado a proferir a decisão de: pronúncia, impronúncia, absolvição, desclassificação.

ART. 400, DO CPP. – Inversão da oitiva da AIJ (rito ordinário e sumário) → **aplica-se tbm na lei de drogas**

ART. 401, DO CPP. – número de testemunhas. Rito ordinário. Até 8 testemunhas

ART. 532, DO CPP. – número de testemunhas. Rito sumário. Até 5 testemunhas

ART. 411, DO CPP. – Inversão da oitiva da AIJ (tribunal do júri – 1ª fase)

ART. 406, § 3º, DO CPP. – número de testemunhas (tribunal do júri). Até 8 testemunhas → **1ª Fase do Júri**

ART. 413, § 1º, DO CPP. – eloquência acusatória ou excesso de linguagem. O juiz ao proferir a decisão de pronúncia deve se ater aos indícios de autoria e materialidade do delito.

ART. 430, DO CPP. – nulidade posterior decisão de pronúncia. Habilitação do assistente para atuar no plenário. 5 dias antes da sessão.

ART. 448, DO CPP. – impedidos de servirem como jurados.

ART. 449, DO CPP. – não podem servir como jurados.

ART. 457, DO CPP. – intimação das partes. Intimados regularmente não adia o plenário

ART. 463, DO CPP. – quórum mínimo de 15 jurados para instaurar a sessão do plenário

ART. 468, DO CPP. – recusa imotivada. Até 3 para cada parte.

ART. 478, DO CPP. – as partes não podem fazer referência a decisão de pronúncia.

ART. 520, DO CPP. – nos crimes contra a honra.

ART. 617, DO CPP. – reformatio in pejus direto. O tribunal em recurso exclusivo da defesa agrava a situação do réu.

ART. 626, parágrafo único, do CPP. – reformatio in pejus indireto. O tribunal em recurso exclusivo da defesa anula a sentença anterior. A nova sentença não poderá ser superior a primeira.

ART. 55, § 3º, DA LEI 11.343/06 – supressão da defesa prévia. Notificado o réu para apresentar defesa, não fazendo. Juiz deve nomear defensor dativo para que o faça no prazo de lei.

ART. 50, § 1º, DA LEI 11.343/06 – ausência do laudo preliminar de constatação da droga nos autos da prisão em flagrante.

ART. 52, parágrafo único, da Lei 11.343/06 – ausência do laudo definitivo de constatação da drogas. Deve ser juntado em até 3 dias antes da instrução criminal. desvio ou excesso

+ 485, Lei 7210/84